

Informe Legislativo Estadual

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Indústria de Energia Elétrica

APROVADO na **Comissão de Minas e Energia** o **parecer favorável** do relator deputado Felipe Soares, ao **Projeto de Lei nº 3432/2017**, de autoria do deputado Átila Nunes, que "Altera a lei nº 3.770, de 07 de janeiro de 2002, para criar o "programa de incentivo à utilização e aproveitamento de energia limpa", na forma que menciona".

Indústria Madeireira

APROVADO na **Comissão de Minas e Energia** o **parecer favorável** do relator deputado Felipe Soares, ao **Projeto de Lei nº 3049/2017**, de autoria do deputado Dica, que "Autoriza o poder executivo a instituir o "programa de aproveitamento de resíduos das empresas moveleiras-parem", no âmbito do estado do Rio de Janeiro".

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Publicação da Redação do Vencido para 2ª discussão

- **PL 1125-A/2015** – Dispõe sobre a implantação de painéis solares fotovoltaicos nos hospitais próprios estaduais do Rio de Janeiro.
- **PL 1069-A/2015** – Institui o Selo Empresa Humanitária (SEH) no estado do Rio de Janeiro.
- **PL 2100-A/2016** – Dispõe sobre o descarte de embalagens de medicamentos vazias ou vencidas no estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
- **PL 4027-A/2018** – Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro de profissionais de educação física como responsável técnico nos condomínios edifícios com espaços de academias nas condições que especifica.

**Sessão Plenária do
Dia: 20/06/2018**

DISCUSSÃO ÚNICA/ REGIME DE URGÊNCIA

APROVADO, na forma do substitutivo da CCJ¹, o **Projeto de Lei nº 4.129/2018**, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o poder executivo a realizar compensação de dívidas reconhecidas com as concessionárias de serviços públicos, e fornecedoras de combustíveis com créditos tributários, na forma que especifica”. **O substitutivo aprovado vai a autógrafa.**

**Sessão Plenária do
Dia: 21/06/2018**

1ª DISCUSSÃO:

Apreciado o Projeto de Lei nº 1645/2016, de autoria da deputada Lucinha, que “obriga as empresas que fabricam e distribuem bebidas no estado do rio de janeiro a disponibilizarem 10% do seu orçamento gasto com propaganda em programas e anúncios educativos contra o alcoolismo e acidentes de trânsito”. A Comissão de Constituição e Justiça aprovou o parecer do relator, deputado Luiz Paulo, pela constitucionalidade com duas emendas modificativas. E a Comissão de Economia aprovou o parecer do relator, deputado Waldeck Carneiro favorável com emenda modificativa. Não houve quórum para deliberar a matéria.

Emendas apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

EMENDA Nº 01 (MODIFICATIVA)

Modifique-se à ementa do projeto de lei que passa a ter a seguinte redação:

RECOMENDA AS EMPRESAS QUE FABRICAM E DISTRIBUEM BEBIDAS ALCOÓLICAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A DISPONIBILIZAREM 10% DO SEU ORÇAMENTO GASTO COM PROPAGANDA EM PROGRAMAS E ANÚNCIOS EDUCATIVOS CONTRA O ALCOOLISMO E ACIDENTES DE TRÂNSITO.

¹ Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça - favorável à emenda nº 59, favorável com subemenda às emendas nºs 08, 09 e 10, favorável com subemenda aglutinativa às emendas nºs 01 e 58; 26, 28 e 30; contrário às demais emendas, concluindo por substitutivo

EMENDA Nº 02 (MODIFICATIVA)

Modifique-se o artigo 1º do projeto de lei que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Recomenda as empresas que fabricam e distribuem bebidas alcoólicas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro obrigadas do seu orçamento gasto com propaganda veiculada em nosso Estado a destinar 10% desse gasto com programas e anúncios educativos de combate ao alcoolismo e acidentes de trânsito.

Emendas apresentadas pela Comissão de Economia, Indústria e Comercio.

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se a Emenda, que passa a ter a redação dada no parecer da CCJ, acrescentando-se, ao final, após a expressão "... acidentes de trânsito", o seguinte: decorrentes do uso do álcool.

PROJETOS DE LEI INCLUSOS NA PAUTA DA ORDEM DO DIA, A SABER:

Sessão Extraordinária

Dia: 26/06/2018

Hora: 14h45min.

2ª discussão:

PL 2804/17 – recolhimento obrigatório do óleo de fritura usado

PL 2954/14 - Altera a Lei 5131, de 14 de novembro de 2007, que torna obrigatório que os estabelecimentos situados no estado do Rio de Janeiro, que comercializam lâmpadas fluorescentes, coloquem à disposição dos consumidores lixeira para a sua coleta quando descartadas ou inutilizadas;

PL 89/15 - Obriga as concessionárias de energia elétrica a disponibilizarem em seus sítios eletrônicos o valor mensal de repasse às prefeituras referente à Contribuição De Iluminação Pública – CIP;

1ª discussão:

PL 2617/13 - Proibição do uso de hidróxido de amônio em alimentos no âmbito do estado do Rio de Janeiro;

Discussão Única:

Requerimento nº 437/18 – Sonegação Fiscal – prorrogação do prazo

Requerimento nº 438/18 –desmonte da Petrobrás – prorrogação do prazo

1ª discussão:

PL 1338/12 - Obrigatoriedade de disponibilização, na internet, de informações sobre recursos apresentados contra autuações e penalidades

PL 812/15 - Concessão de incentivo fiscal às empresas que colaborarem de forma financeira com o disque-denúncia

PL 1649/16 - Obriga as empresas que operam em regime de concessão de transbordo e tratamento de resíduos sólidos a disponibilizarem 5% do seu contrato para fomento da atividade de reciclagem

Sessão Ordinária – ANALISE DE VETO

Dia: 26/06/2018

Hora: 15:00

VETO TOTAL aposto ao PL nº 1040-A/2015, de autoria do deputado Flávio Bolsonaro - Obriga operadoras de serviços de TV por assinatura e internet a manterem lojas físicas ou escritórios de representação para atendimento ao consumidor.

VETO TOTAL aposto ao PL nº 1407/2016, autor deputado Wanderson Nogueira - Cria o programa de logística reversa de resíduo eletrônico no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

VETO TOTAL aposto ao PL nº 496/2011, de autoria do deputado Luiz Martins - Determina a impressão de advertência em rótulos e embalagens de alimentos industrializados que contenham glutamato monossódico ou proteína vegetal hidrolisada no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

VETO TOTAL aposto ao PL nº 1029/2011, de autoria dos deputados André Corrêa, André Ceciliano, Luiz Martins, Luiz Paulo E Rafael Picciani - Altera a lei nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

VETO PARCIAL aposto ao PL nº 669-A/2015, de autoria dos deputados Lucinha, Márcio Canella e Waguinho - Institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAAFAMILIAR. (Lei 7923/18)

VETO TOTAL aposto ao PL nº 3446/2017, de autoria da deputada Lucinha - Proíbe a utilização dos filmes plásticos envoltivos dos vasilhames ou garrações de 10 (dez) e 20 litros comercializados no estado do rio de janeiro, e dá outras providências.

VETO PARCIAL aposto ao PL nº 2242/2016, de autoria do Poder Executivo (mensagem nº 42/2016) - Altera o art. 14 da lei nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996, para promover alterações de alíquotas do ICMS, e o art. 2º da lei nº 4.056 de 30 de dezembro de 2002. (Lei 7508/16)

VETO TOTAL aposto ao PL nº 139-A/2015, de autoria do Deputado Zaqueu Teixeira - Obrigatoriedade de instalação de sensor de presença nos veículos novos fabricados, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

VETO TOTAL aposto ao PL nº 712/2015, de autoria do deputado Filipe Soares - Realização de curso de aprimoramento técnico para guardiões de piscina que atuem no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

VETO TOTAL aposto ao PL nº 1560-A/2016, de autoria do deputado Flávio Serafini - Modifica o artigo 5º da lei nº 2.804, de 08 de outubro de 1997, estabelecendo a oferta de linha social para o trajeto Charitas-Praça XV no serviço de transporte aquaviário de passageiros no estado do Rio de Janeiro.

VETO TOTAL aposto ao PL nº 1414/2016, de autoria do deputado Dica - Modifica o §2º do inciso III, do art. 1º da lei 4.178, de 29 de setembro de 2003, que "dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para as indústrias do setor de reciclagem e do setor metal-mecânico de Nova Friburgo.

VETO TOTAL aposto ao PL nº 2699-A/2017, de autoria do deputado Carlos Osório - Destinação de bens e produtos apreendidos no combate ao furto, roubo de cargas, contrabando e descaminho no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

VETO TOTAL aposto ao PL nº 410-A/2015, de autoria do deputado Paulo Ramos - Obrigatoriedade de fornecimento de microfone e fone de ouvido (head-sets) pelas empresas de telemarketing a seus funcionários.

VETO TOTAL aposto ao PL nº 2790/2017, de autoria da deputada Lucinha - Institui o selo fiscal de controle, obriga sua afixação em vasilhames de 20 (vinte), 15 (quinze) ou 10 (dez) litros condicionadores de água mineral natural e água adicionada de sais.

VETO TOTAL aposto ao PL nº 731-A/2015, de autoria dos deputados Dionísio Lins e Zaqueu Teixeira - Obriga as montadoras de veículos, por intermédio de suas concessionárias ou importadoras, a fornecerem veículo reserva similar.

VETO PARCIAL aposto ao PL nº 3061-A/2017, de autoria dos deputados Osório, Luiz Paulo e Filipe Soares - Cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, na hipótese de reincidência da infração. (Lei 7962/18)

VETO PARCIAL aposto ao PL nº 4142/2018, de autoria do Poder Executivo (mensagem nº 22/2018) - Dá nova redação A alínea "a" do inciso XIII do art. 14 da Lei nº 2.657/1996. (Lei 7982/18).

Sessão Extraordinária

Dia: 28/06/2018

Hora: 14h45min.

Em regime de urgência
em votação, em discussão única

PL 4206/2018, de autoria do poder executivo (mensagem nº 25/2018), que acrescenta dispositivos à lei nº 2657, de 26 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e dá outras providências". (ICMS do frete) → PL analisado na sessão do dia 21/06/18. Aprovado nas Comissões Técnicas². Foram apresentadas 17 emendas.

Sessão ordinária

Dia: 28/06/2018

² Comissões Técnicas – Constituição e Justiça; Economia; Tributação; e de Orçamento.

Hora: 15hs.

Em tramitação ordinária
em votação em 2ª discussão - redação do vencido - assim emendada

PL 735-A/2014, de autoria da deputada Enfermeira Rejane - Institui o programa de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Em votação, em 2ª discussão - redação do vencido

PL 1879-A/2016, de autoria da deputada Enfermeira Rejane - Monitoramento de casos de violência sexual, ataques e estupros ocorridos nas escolas de nível médio, de ensino tecnológico e nas universidades públicas e privadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Em votação, em 2ª discussão

PL 566/2015, de autoria do deputado Benedito Alves - Obriga as escolas públicas e particulares de ensino do estado do Rio de Janeiro a realizar no ensino médio, atividades destinadas á orientação profissional, nos períodos que menciona.

em votação, em 1ª discussão

PL 2558/2017, de autoria do deputado Gustavo Tutuca - Obrigatoriedade de aplicação do teste de glicemia capilar nos prontos socorros e unidades de saúde em crianças de 0 a 6 anos, 11 meses e 29 dias de idade, em todos os municípios do estado.

Em 1ª discussão

PL 1645/2016, de autoria da deputada Lucinha, que obriga as empresas que fabricam e distribuem bebidas no estado do Rio de Janeiro a disponibilizarem 10% do seu orçamento gasto com propaganda em programas e anúncios educativos contra o alcoolismo e acidentes de trânsito. (análise das emendas da CCJ).

PL 1807/2016, deputado Wagner Montes, que Proíbe o uso de gases inflamáveis para preenchimento de balões destinados ao uso recreativo ou decorativo no estado do Rio de Janeiro.

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Agora é Lei:

Publicações no DO-I de 18 de junho de 2018

LEI Nº 7.990 DE 15 DE JUNHO DE 2018

Oriunda do PL 2542/2017

Autora: Deputada Fatinha

Veda a cobrança de valores decorrentes da lavratura do termo de ocorrência de irregularidade (TOI) na mesma conta, fatura ou boleto bancário, no qual se remunere o serviço, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

LEI Nº 7.992 DE 15 DE JUNHO DE 2018

Oriunda do PL 3084-A /2017

Autora: Deputada Fatinha

Dispõe sobre o incentivo ao cultivo das plantas “citronela” e “crotalária”, como método natural de combate ao mosquito *aedes aegypti*, no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

LEI Nº 7.995 DE 15 DE JUNHO DE 2018

Oriunda do PL 2081-A/2017

Autor: Deputado Wanderson Nogueira

Institui o selo jovem e dá outras providências.

LEI Nº 7.996 DE 15 DE JUNHO DE 2018

Oriunda do PL 440-A/2017

Autor: Deputado Iranildo Campos

Dispõe sobre a livre escolha do representante técnico dos fabricantes, importadores e comerciantes dentre os que compõem a respectiva rede de assistência técnica autorizada ou credenciada, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Publicações no DO-I de 18 de junho de 2018

LEI Nº 8.002 DE 20 DE JUNHO DE 2018

Oriunda o PL 3325/2017

Autor: Deputado Zaqueu Teixeira

Dispõe sobre a vedação da cobrança do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, após a comunicação de venda do veículo.

Lei Promulgada:

LEI Nº 7.998 DE 18 DE JUNHO DE 2018

Oriunda do PL 2791-A/2017

Autora: Deputada Lucinha

Estabelece modelos diferenciados de copos, garrafinhas, garrafas e garrafões para envase e venda ao consumidor de água potável purificada e adicionada de sais minerais, comercialmente registradas e autorizadas.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

Resolução SEFAZ nº 265 de 19 de junho de 2018

Regulamenta a expedição de aviso amigável antes do início de procedimento fiscal tendente à aplicação das penalidades previstas na lei nº 2.657/96. (DO-I de 20/6/18).

Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico

Portaria PRES-DETRAN/RJ nº 535 de 15 de junho de 2018

Altera os arts. 6º e 11, a composição da Comissão de Avaliação e Credenciamento (CAC) e os Anexos da Portaria PRES-DETRAN/RJ nº 5.335 de 05 de abril de 2018, que dispõe sobre os procedimentos para o registro eletrônico de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor, estabelece requisitos para o credenciamento de pessoas jurídicas e dá outras providências. (DO-I de 18/6/18).

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerência Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flávia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranche. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.